



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA

PRESIDÊNCIA

DA REPÚBLICA

X Reunião Ministerial

O ano de 1991 é decisivo para a consolidação do projeto de Governo, democraticamente endossado por milhões de brasileiros que pensam, como todos nós, que é possível mudar este país. Hoje, mais do que nunca, a Nação sabe o que quer e demonstra uma vontade férrea e inabalável de conquistar, em definitivo, o bem-estar, a prosperidade e a justiça social.

Devemos, como equipe de Governo, ser absolutamente fiéis a essa vontade, trabalhando, de forma incansável, para que as aspirações nacionais se realizem.

Nesta primeira reunião ministerial do ano, necessitamos refletir sobre o muito que já foi feito e o que ainda temos de fazer. Sobre o acerto e a eficiência das medidas que temos adotado, suas limitações e a melhor forma de aperfeiçoá-las. A consciência do dever sendo cumprido de forma continuada é inspiração para as imensas tarefas dos próximos meses.

Partimos de um projeto de modernização que constitui uma opção séria, consistente e legítima. O homem das ruas sabia, desde o primeiro momento, que o projeto de reconstrução nacional não prometia milagres, mas apresentava um plano de trabalho que exigia sacrifícios e esforços de todos e de cada um, porque essa sempre foi a fórmula para o êxito em qualquer empreendimento humano. Foi assim que os países modernos e desenvolvidos construíram a sua riqueza e pujança. Com muita

dedicação e trabalho. Sempre com muita dedicação e trabalho, como estamos realizando no nosso governo. Os milagres em economia, como nós sabemos, não existem: a trilha da prosperidade só se percorre com a coragem, a disposição para o trabalho, a vontade de vencer e com o aprendizado que vem da experiência do cotidiano. Sabemos também que a prosperidade constrói-se com respeito à lei e ao direito. Nos dias de hoje, pregar ações de violência e avalizar atos ilegais soam absurdo. São insólitos ecos de um tempo ultrapassado; no Brasil e no mundo, a cidadania prefere o caminho da paz.

«O Governo jamais pretendeu ser infalível.»

O brasileiro está disposto a conhecer os problemas como eles são, sem escamoteá-los, sem aceitar soluções simplistas, que só adiam as crises e perpetuam o dramático quadro social, que penaliza milhões de adultos e crianças indefesas, que não poderiam continuar a viver sem que uma ação imediata fosse desencadeada. Temos um projeto e sabemos, todos, como realizá-lo: essa mudança de direção da sociedade e do governo é a maior conquista desses primeiros meses de nosso mandato.

O Governo jamais pretendeu ser infalível. O Governo nada pôde sem o apoio firme e convicto dos cidadãos. Governar, num regime democrático, não é um ato solitário, mas sim a busca renovada do entendimento e do consenso. Independentemente de coloração ideológica ou afinidades pessoais, o diálogo com os setores representativos da sociedade tem sido permanente e aberto: pessoalmente ou por intermédio dos integrantes de minha equipe, tenho procurado colher reações quanto aos rumos traçados e metas conquistadas, no processo de reconstrução nacional. A disposição do Governo para o entendimento se sustenta na convicção de que um futuro melhor para o País só se forja com a participação ampla e construtiva de todos os brasileiros. A causa é o Brasil, sua gente, seus sonhos.

As reações a esse chamamento têm sido, em regra, positivas. Em minhas viagens pelo Brasil, visitando regiões pobres e

carentes, é gratificante verificar que a esperança continua viva. Associações civis, lideranças sindicais e empresariais, políticos representativos atendem ao diálogo, e se mostram dispostos a cooperar, porque sabem que esse é o caminho necessário da transformação. Infelizmente, em setores que, por sua posição social ou econômica, têm a obrigação da perspectiva de longo prazo, encontro a defesa inaceitável de interesses paroquiais e imediatistas, que atentam contra o bem público. Na economia, aproveitam-se das distorções de certos segmentos do mercado, ainda oligopolizados, para fazer valer absurdas vantagens. Na política, imaginam que, ainda hoje, a margem efêmera da popularidade se alcança com soluções fáceis e falsas para os problemas sociais. Fogem, assim, à responsabilidade de fortalecer o entendimento nacional, de consolidar as instituições; fogem à cooperação, que é a exigência absoluta do momento.

A reflexão, a que convido a sociedade brasileira, tem contornos e propósitos essencialmente políticos. A análise objetiva e equilibrada do quadro vigente revela que a estabilização econômica e a consolidação institucional dependem tanto da dimensão política como da psicológica, além da eficiência das ações de Governo. Tornou-se imprescindível alcançar um entendimento sobre o sentido da modernização, bem como das tarefas prioritárias do Estado. Fazer política, agora, não poderá ser mera luta por poder e influência, desvinculada de objetivos mais amplos e permanentes. Insisto: fazer política hoje em dia mais do que nunca, é buscar unir e não dividir.

«Fazer política não poderá ser mera
luta por poder e influência,
desvinculada de objetivos mais
amplos e permanentes.»

O exercício da crítica, num regime democrático, é essencial e desejável. Respeitá-lo é o dever de todo governante. A crítica, porém, não deve limitar-se à prática de censurar, sem apresen-

tar alternativas. Não pode se confundir com o preconceito, não pode se confundir com a oposição sistemática e inconseqüente. A crítica construtiva e patriótica ultrapassa de muito a defesa mesquinha dos interesses de determinados grupos. É fundamental oferecer propostas que visem o bem comum da Nação.

As medidas econômicas de 1º de fevereiro são o fruto e o exemplo da coerência e a lógica do projeto que defendemos desde os momentos iniciais do Governo. Eram necessárias, sim, para o aprofundamento do programa original de estabilização da economia, que eliminou a ameaça da hiperinflação e iniciou a reforma estrutural do Estado. A gravidade da hora, decorrente das incertezas geradas pela crise do Golfo Pérsico, pela perspectiva de uma safra agrícola de resultados ainda não conhecidos e pela intolerância de certos agentes econômicos, inconformados com a perda de seus privilégios, exigia ações decididas e urgentes, como as que foram tomadas.

Os setores produtivos da economia devem aceitar uma trégua de preços agora. Ela certamente envolve sacrifícios no curto prazo, mas trará benefícios coletivos no médio e longo prazos. Em seu conjunto, as medidas são a garantia para a plena vigência futura da economia de mercado. O Brasil tem fragilidades estruturais que aos poucos vão sendo superadas. A economia de mercado irá sendo conquistada à medida em que os resultados das reformas estruturais que estamos promovendo se fizerem sentir na redução dos custos de produção, no avanço tecnológico do parque produtivo, no aumento de competitividade e na maior integração do Brasil à economia internacional.

«O fisiologismo, a demagogia,
o paternalismo, a fuga e a omissão
são os piores inimigos da classe
política.»

O Parlamento, agora renovado, tem de ser o pilar-mestre na construção desta nova realidade. O Parlamento é a síntese de

todos os poderes. Numa democracia institucionalizada, o Presidente da República deve ser árbitro e também deve assumir seu papel constitucional de liderança. Não pode, porém, jamais, ser protagonista isolado. A classe política deve articular-se para compartilhar com o Executivo a responsabilidade de mudar o Brasil.

Sem organizações partidárias sólidas não se dá consistência à ação de governar num regime presidencialista, nem se viabiliza a eventual instauração do parlamentarismo. A questão partidária não pode, todavia, prescindir do exame objetivo de ações que a realidade impõe. O fisiologismo, a demagogia, o paternalismo, a fuga e a omissão são os piores inimigos da classe política, porque sempre minam sua credibilidade e solapam a estabilidade institucional.

Os encontros que venho mantendo com governadores, senadores e deputados e outras lideranças demonstram que não é somente a ideologia partidária que determina a avaliação de cada um desses políticos da atuação governamental. Muitos deles concordam integralmente com o sentido das mudanças que vimos promovendo. Muitos deles, ademais, têm contribuído com críticas e sugestões pertinentes, que estão sendo acatadas, na medida em que aperfeiçoem o projeto de modernização. Objetividade e visão pragmática não são incompatíveis com as ideologias partidárias. Ao contrário, são o seu mais precioso alimento.

As propostas do Poder Executivo na área Legislativa não tencionam de nenhuma forma inibir as ações do Congresso Nacional. Elas respondem, isto sim, ao clamor público por mudanças urgentes e inadiáveis; elas visam garantir a governabilidade e a preservação do equilíbrio institucional. Essa foi a clara mensagem expressa na Constituição de 1988, que consagrou o dispositivo da medida provisória. Sua utilização tem-se balizado por critérios estritos e legítimos. Alguns queixam-se da utilização reiterada desse instrumento legal, mas se esquecem de mencionar as conquistas, inúmeras conquistas, irreversíveis conquistas e as profundas reformas alcançadas por intermédio das medidas provisórias.

O controle da inflação, a reforma do Estado, as transformações estruturais que o País reclama exigiam ações decisivas e tempestivas. A hiperinflação, o desperdício abusivo dos recursos escassos do setor público, a manutenção de privilégios odiosos que beneficiavam certos segmentos, a luta contra a miséria demandavam determinação e pulso por parte do governo. Para o trabalhador, que via minguar a cada dia seu poder aquisitivo, que via faltar à mesa o alimento para sua família, as soluções não podiam tardar. Ele desejava respostas urgentes para seus problemas, e tinha todo o direito de pleiteá-las.

O Congresso Nacional deve refletir sobre esses fatos e ajudar-nos, sem preconceitos paralisantes, a acelerar e aprofundar as transformações institucionais que a Nação pede. Não é hora de enfrentamentos. A gravidade do momento exige grandeza, grandeza cívica, diálogo permanente, abnegação e, sobretudo, maturidade política.

Ouçõ com atenção manifestações das novas direções da Câmara e do Senado: dão testemunho da vontade de revigoremento da atividade do Legislativo, essencial para o avanço do processo de reconstrução.

O compromisso de austeridade que tem sido afirmado pelos governadores eleitos é igualmente alentador. Refletem a compreensão de que a racionalização de despesas e o saneamento do Estado são obras abrangentes, que devem mobilizar também os executivos estaduais e municipais.

Na avaliação desses primeiros meses, é imperativo mencionar o trabalho exemplar desenvolvido pelo Poder Judiciário. As decisões do Supremo Tribunal Federal têm sido bússola firme na defesa da constitucionalidade. O Tribunal Superior do Trabalho vem contribuindo decisivamente para aproximar empresários e trabalhadores, pois as sociedades modernas se apóiam nos pontos de harmonia e trabalho comum das classes sociais.

*Senhor Vice-Presidente, Senhores Ministros,
Senhores Secretários, Senhor Líder do Governo
na Câmara dos Deputados,*

A conjuntura internacional é condicionante central de nossos esforços. Com decisões expressivas para a liberalização co-

mercial, estamos definindo um novo perfil de integração do País à economia internacional. Por meio de programas adequados de incentivo empresarial, estamos criando condições de efetiva competitividade para a economia brasileira.

«A dívida brasileira não pode continuar a ser vista como mero problema bancário.»

No momento, e por diversas razões, preocupa-nos a crise do Golfo. Nossas posições diplomáticas são bem conhecidas e se traduzem no firme e imediato apoio às resoluções da ONU. Não podemos admitir quaisquer violações ao direito internacional. Essas transgressões sempre têm conseqüências negativas para todo o delicado tecido da ordem internacional. Tais violações devem, portanto, ser superadas. Porque elas não podem e não deverão subsistir.

De outro ângulo, o conflito trouxe imediatas repercussões de ordem econômica, as quais nos obrigaram a adotar ações preventivas que visam proteger, no curto prazo, a nossa situação energética. A população brasileira compreendeu o sentido das medidas e as tem apoiado. Não podemos saber se a crise terá repercussões ainda de maior profundidade no nível de atividade econômica mundial, com efeitos recessivos, como já vem ocorrendo em várias partes do mundo.

Uma questão grave foi a falta de conclusão da «rodada Uruguai» do GATT, que gera preocupação sobre o futuro dos fluxos internacionais de comércio. Se persistirem os impasses, poderá ocorrer a formação de megaespaços plurinacionais, de índole eminentemente protecionista, com conseqüências amplamente negativas, como nós bem podemos prever. Temos que nos empenhar em alterar o quadro negociador para que se alcance o consenso equilibrado, que sirva efetivamente à intensificação do comércio mundial.

Continuamos a empreender esforços para superar as dificuldades que o País vem enfrentando na questão da dívida externa. Propostas sérias e factíveis foram levadas à mesa de negociação. A dívida brasileira não pode continuar a ser vista como mero problema bancário. Trata-se do futuro de uma das maiores e mais importantes economias do mundo. Os credores do Brasil devem aceitar o fato de que o crescimento econômico é um imperativo para o País. Eu espero que isto ocorra e um acordo, bom para os dois lados, seja brevemente alcançado. A disposição negociadora do Brasil é permanente.

«O Brasil será um país
verdadeiramente desenvolvido
quando der condições de vida
dignas aos mais frágeis
e desassistidos de seus
habitantes.»

A severidade dos desafios conjunturais não desviou a atenção do governo dos problemas sociais mais urgentes deste País. As questões da seca, do índio, da criança e do meio ambiente mereceram absoluta prioridade. Além de atender às mais elementares noções de justiça, o encaminhamento eficaz desses temas serviu para melhorar a imagem do Brasil perante a comunidade das nações. Essas questões, que atingiram limites intoleráveis, estão sendo efetivamente superadas. O Brasil já começou a mudar, pondo termo à impunidade daqueles que agredem a natureza, violam os direitos humanos e insistem na permanência de privilégios odiosos e mesquinhos. De todos esses problemas, o que nos mobilizou com mais forças foi o da criança. O Governo aceitou a obrigação moral de alterar a situação da criança brasileira e medidas decisivas já tomadas prometem resultados significativos a curto prazo.

O Brasil será um país verdadeiramente desenvolvido quando der condições de vida dignas aos mais frágeis e desassistidos de seus habitantes.

*Senhor Vice-Presidente, Senhores Ministros,
Senhores Secretários, Senhor Líder do Governo
na Câmara dos Deputados,*

Nesta reunião, cumpre-me elogiar a coerência e lealdade da equipe e de nossos líderes no Congresso Nacional ao País, aos nossos ideais e ao Presidente da República. Eles souberam ser eficazes e objetivos. Souberam, também, compreender que o esforço de modernização envolve, necessariamente, a modificação da face social do País. A união de toda esta equipe é um dos principais trunfos para ações consistentes de Governo. A unidade de comando, essência da essência do poder executivo. O conflito de interesses e a defesa de posições conflitantes encontram no Poder Legislativo o seu canal natural de expressão. O mesmo não ocorre no âmbito do Executivo: aqui prevalece o comando coordenado e firme de todas as ações.

Nunca o Brasil esteve tão motivado e consciente para a reforma de seu aparelho de Estado. O combate ao gigantismo estatal, o fim das mordomias e a desregulamentação da economia eram das mais importantes reivindicações da sociedade brasileira. Os avanços nessa área foram significativos. Muito ainda resta por fazer, mas estamos prontos e vamos realizá-los.

Podemos, sem dúvida, ter orgulho do muito que fizemos nesses primeiros onze meses de Governo. As tarefas pela frente são imensas, mas nunca serão maiores do que a certeza de que as realizações virão. A nossa maior conquista exprime-se pela confiança do povo, pela confiança popular, que acredita que o País desenvolvido, moderno e justo, que todos queremos, está ao alcance das nossas mãos.

O ano de 1991 é o da consolidação das conquistas. Os temas e as metas estão definidos e cada um de nós conhece a sua parte no trabalho:

O diálogo político será ampliado, na busca permanente de entendimento, base necessária para a construção de um Brasil moderno. As relações com o Congresso Nacional serão mais profundas e densas, forjando a solidariedade entre Legislativo e Executivo, fundamental para a consolidação democrática.

O processo de modernização da economia dará decisivos passos adiante, e sempre na direção da liberdade empresarial, embora ainda com a fiscalização dos oligopólios, para que nós possamos atingir a plena vigência das regras de mercado.

Vamos atacar com firmeza os problemas conjunturais e debelar definitivamente o vício de uma inflação renitente.

As negociações da dívida externa continuarão a ser conduzidas consoante os melhores interesses nacionais.

A reforma do Estado avançará e, a cada dia, a máquina estatal será mais leve, mais ágil, menos onerosas, mais eficiente, de forma a prestar melhores serviços aos cidadãos brasileiros.

Educação, saúde, ciência e tecnologia, preservação ambiental são pilares de uma sociedade moderna e justa. Continuarão a merecer atenção prioritária do Governo.

No campo social, nós iremos intensificar os esforços para a solução definitiva dos problemas das nossas crianças.

Os programas de atualização das Forças Armadas terão prosseguimento.

No plano internacional, a agenda é ampla: vamos continuar o caminho da inserção competitiva na economia internacional. Continuaremos a dar a prioridade necessária às relações com os nossos vizinhos, entre as quais avulta o processo de integração no Cone Sul. A paz, a cooperação e o diálogo serão a marca de nossa atuação no sistema internacional.

Todas essas são metas que dão continuidade ao processo de reconstrução iniciado a 15 de março. Por isso mesmo são necessariamente ambiciosas. Sei que os caminhos que nos levam aos nossos objetivos e propósitos são árduos. Encontraremos obstáculos, dificuldades inesperadas. Nada, porém, nada nos abaterá, porque a realização dessas metas é absolutamente necessária para a modernização do País e para a construção de uma sociedade mais justa e fraterna. Temos que continuar avançando, e vamos avançar. A confiança do povo brasileiro na vitória é a nossa maior arma. A história obriga-nos a desenhar grandes objetivos para uma grande nação. Não existe outra rota para a justiça social.

Temos um futuro promissor. Uma enorme tarefa a realizar.
Vamos a ela, todos juntos, unidos e solidários.

*Discurso pronunciado por
Sua Excelência o Senhor Fernando Collor,
Presidente da República Federativa do Brasil,
durante a X Reunião Ministerial,
realizada no Palácio do Planalto,
no dia 18 de fevereiro de 1991.*